

A Nova Legislação do Turismo no Espaço Rural

Dr. Luís Castanheira Lopes
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Senhor Conde de Calheiros, caros colegas da Secretaria de Estado do Turismo, minhas Senhoras e meus Senhores:

Eu tenho, aqui, a vida relativamente facilitada de acordo, até, com o que disse agora o senhor Conde. De facto, com o senhor Director Geral do Turismo, para falar de licenciamento; com a senhora Doutora Madalena, para falar de promoção; com o senhor Doutor Emanuel Matos dos Santos, para falar de financiamento e outras formas de apoio ao turismo, eu posso falar mais sobre generalidades. É uma vantagem que realmente tenho, relativamente, aos outros colegas.

Mas, gostaria, antes de mais nada, de cumprimentar e felicitar a organização deste seminário por duas ordens de razões: a primeira é que fazer 20 anos é, por si próprio, motivo de festa, tanto mais que se trata de avaliar um projecto que é, claramente, vencedor, o do Turismo no Espaço Rural. Mas, este seminário é, também, importante porque o seu objecto se reporta ao sector do turismo com importância crescente a nível nacional e a nível internacional. Reporta-se, por outro lado, a um sector específico do turismo, no qual se verifica uma associação feliz do desenvolvimento da actividade com a autenticidade e a genuinidade da nossa cultura e da nossa tradição.

Com efeito, como todos nós sabemos, o turismo tem vindo a ganhar uma importância crescente no contexto internacional. Movimenta, já, cerca de 750 milhões de pessoas por ano e, no período de duas décadas, esse valor subirá para cerca do dobro.

Por outro lado, são dezenas os países que definiram o turismo como a vertente estratégica do seu desenvolvimento, reconhecendo, assim, as virtualidades da indústria das viagens, do turismo e do lazer.

Mas, a importância do turismo ficou particularmente evidenciada quando, a partir dos terríveis acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, assim como de atentados ou epidemias em outras zonas do mundo, os turistas e viajantes se retraíram, daí tendo derivado um claro agravamento da situação económica internacional. Sendo certo que a mesma já apresentava sinais de clara dificuldade, é indiscutível que, com os problemas surgidos no domínio do turismo, a economia mundial entrou em recessão da qual só agora está a começar a sair e, curiosamente, com o turismo a constituir-se como um dos principais vectores dessa retoma.

Não é diferente a situação em Portugal. Pelas receitas que gera, pelo seu contributo para o PIB (cerca de 8%), com o número de trabalhadores que emprega e pelos movimentos que induz, a montante e a jusante, a actividade do turismo tem vindo a assumir-se como factor essencial ao nosso desenvolvimento económico e social, e como factor, não só de atenuação das situações de crise vividas em outras áreas de actividade, por exemplo, ajudando à reconversão de indústrias, mas igualmente de elemento de correcção de assimetrias regionais, provocando a dinamização empresarial e económica em zonas do país onde não chegou a industrialização em ritmo tal acelerado ou, doutro modo, não eram aproveitadas as energias locais.

Como reconhecimento da importância do turismo, o Governo aprovou, recentemente, um plano de desenvolvimento do turismo no qual elege esta actividade como um dos eixos centrais do desenvolvimento económico do nosso país.

Gostaria de sublinhar que, embora desde há muito o turismo tenha constituído uma preocupação dos Governos, é a primeira vez que em “letra de forma” e num instrumento de acção política como é a resolução do Conselho de Ministros, o Governo procede à eleição do turismo, nos termos em que é feito e elencando um conjunto de objectivos que visa atingir e, do mesmo espaço, estabelecendo um conjunto de medidas para lhe dar resposta. Medidas essas devidamente calendarizadas e com a indicação das entidades responsáveis pela sua execução o que, patentemente, mostra o compromisso sobre o assunto e o firme propósito de o observar.

Como compreenderão, não me vou alargar sobre o conteúdo do Plano de Desenvolvimento do Turismo tanto mais que mais tarde iremos ter o senhor Secretário de Estado do Turismo no encerramento desta sessão, o qual procederá à abordagem deste assunto de um modo, naturalmente, mais profundo.

Refiro, no entanto, que uma das actividades a desenvolver nesta matéria diz respeito à revisão da legislação de enquadramento, funcionamento e seu prévio licenciamento, dos empreendimentos turísticos e da actividade turística no seu conjunto. Para esta finalidade o senhor Secretário de Estado do Turismo deu, já, as orientações sobre o assunto, reuniu com a Confederação do Turismo Português, assim como com as Direcções Regionais do Turismo dos Açores e da Madeira, tendo sido assentes, nessas reuniões, um conjunto de pressupostos sobre o ponto de vista da metodologia e mesmo sobre o ponto de vista do conteúdo.

Consequentemente, estamos já a trabalhar no âmbito do Gabinete, mas também da Direcção Geral do Turismo e da Confederação do Turismo Português na revisão da legislação do licenciamento e funcionamento dos empreendimentos turísticos, relativamente aos quais vão ter lugar, ao longo da próxima semana, as duas primeiras reuniões de trabalho, para as quais estas entidades a que me referi anteriormente levarão já os seus contributos, começando a tirar as primeiras sínteses sobre esta matéria.

Estamos, ainda, no início. Não posso, por isso, indicar aspectos concretos das alterações ou mesmo da revisão do paradigma que estamos a fazer porque, em boa verdade, ainda o trabalho está no princípio, ainda não há consensos. Sabemos, no entanto, quais as intenções subjacentes ao trabalho que estamos a empreender as quais são partilhadas, aliás, pelo sector empresarial. Facilitação do investimento, diminuição da carga burocrática e do processo de licenciamento, diminuição da exigência sobre a dimensão ou a vertente turística e hoteleira dos empreendimentos, deixando que seja o mercado a proceder às diferenças entre o produto, aumento da exigência referente a questões estruturais, de segurança e mesmo de estética exterior.

Imbuído deste espírito e com estes objectivos de simplificação, transparência e rapidez processual, estamos igualmente a perspectivar o modo como se poderá reforçar o papel da Direcção Geral do Turismo no processo, porquanto vai sendo consensual que, se a descentralização operada em 1997 trouxe alguns benefícios, também trouxe situações de dificuldade de processos a que importa fazer face.

A TURIHAB apresentou há já algum tempo a sua proposta sobre este assunto. Há que dizê-lo: já há algum tempo que o senhor Conde de Calheiros enviou a proposta da TURIHAB a qual, naturalmente, foi levada em conta. O conjunto de reflexões e de propostas concretas de alteração que então foram apresentadas, foram objecto da nossa análise e vão, agora, ser levadas em conta no trabalho que estamos a realizar.

Aproveito a oportunidade para sugerir às associações presentes que, quer directamente, quer através de federações em que estejam associadas, ou mesmo da Confederação, se for disso o caso, que queiram fazer chegar ao Gabinete os contributos que tiverem por pertinentes. Estamos a fazer um trabalho de fundo e, naturalmente, com o contributo de todos esse trabalho será mais enriquecido.

Sob a orientação do senhor Secretário de Estado do Turismo estamos, assim, a preparar os instrumentos jurídicos que, segundo o nosso entendimento, poderão potenciar o desenvolvimento do nosso turismo em todas as suas apresentações. Temos a noção que o sucesso do nosso sector e das apostas que nele se façam dependem essencialmente da oferta qualificada, rica e diversificada que disponibilizaremos aos nossos turistas.

Se é certo que, cada vez, temos mais turistas, também é certo que temos cada vez mais turistas mais exigentes e que querem juntar lazer ao saber e que querem ver cultura e levar que contar. Ora, dificilmente se encontrará um segmento da oferta, onde as características ricas de qualidade e de diversificação, tão ligadas ao sentido do nosso povo, tão ligadas àquilo que a nossa gente tem de melhor, como são estas do Turismo no Espaço Rural. Daí o sucesso que este projecto apresenta e o dinamismo que revela. Os que se envolveram nestas iniciativas há cerca de 20 anos tinham razão. Daí também a certeza que todos temos que este projecto tem futuro.

Muito obrigado.